



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
Gabinete da Deputada Cibele Moura

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 1231/2022  
Data: 12/07/2022 - Horário: 08:39  
Legislativo

**PROJETO DE LEI N° \_\_\_\_\_, DE 2022**

*Garante às parturientes o direito à presença de acompanhante, contratado ou não, durante o trabalho de parto, parto e pós-parto, no âmbito do Estado de Alagoas.*

**Art. 1º** - Os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS do Estado de Alagoas, da rede própria ou conveniada, assim como os estabelecimentos privados de saúde, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de 1(um) acompanhante de sua indicação durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto.

§ 1º - O acompanhante de que trata o caput deste artigo será indicado, exclusivamente, pela parturiente, podendo ser qualquer pessoa de sua livre escolha, inclusive profissional contratado por si.

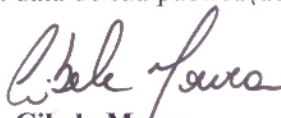
§2º - Com o fim do trabalho de parto, a instituição deverá lavrar um termo atestando as condições de saúde da parturiente, o qual deverá ser assinado pelo seu acompanhante, que deverá receber uma cópia do documento.

§ 3º As ações destinadas a viabilizar o pleno exercício dos direitos de que trata este artigo constarão do regulamento da lei, a ser elaborado pelo órgão competente do Poder Executivo Estadual.

**Art. 2º** - A qualquer momento após o fim do trabalho de parto, as parturientes terão o direito de solicitar gratuitamente uma consulta ginecológica, com o objetivo de averiguar a veracidade e compatibilidade das informações inseridas no termo de que trata o artigo anterior com as suas condições de saúde.

**Art. 3º** - Fica assegurado às parturientes a presença de 1 (um) acompanhante, contratado ou não, durante todas as suas consultas de pré-natal, independente da especialidade e da natureza do estabelecimento.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

  
**Cibele Moura**  
Deputada Estadual



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
**Gabinete da Deputada Cibeles Moura**

---

### JUSTIFICATIVA

Uma em cada quatro mulheres já sofreram violência obstétrica. De acordo com Relatório das Nações Unidas, a informação é que nos últimos 20 anos, profissionais de saúde ampliaram o uso de intervenções que eram anteriormente usadas apenas para evitar riscos ou tratar complicações no momento do parto, além de atitudes desrespeitosas e invasivas se tornaram mais frequentes. A pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, da Fundação Perseu Abramo, apontou que 25% das mulheres já sofreram algum tipo de violência obstétrica – número alto, que acende um sinal de alerta.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) se posicionou a respeito do tema, publicando um documento sobre a prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto, uma vez que a discussão é fundamental, pois muitas mulheres continuam sendo vítimas dessa violência justamente no momento em que estão mais vulneráveis.

Violência obstétrica são xingamentos, recusa de atendimento, realização de intervenções e procedimentos médicos não necessários, como exame de toque a todo momento, grandes episiotomias (incisão efetuada na região do períneo) ou cesárias desnecessárias, durante o pré-natal ou até mesmo durante o parto. Haja vista, é um dos momentos mais especiais e transformadores na vida de uma mulher ou um dos mais assustadores e traumático. Tudo vai depender do processo gestacional como um todo. Ou seja, a gestante precisa se sentir segura, confiante, confortável, amada e respeitada. Levando em consideração as condições físicas e psicológicas de cada gestante.

Diante do alto índice de violência obstétrica, cresce a cada dia a busca pelo parto humanizado, que nada mais é do que um conjunto de práticas e procedimentos que buscam readequar o processo do parto dentro de uma perspectiva menos medicamentosa e hospitalar, entendendo tanto a mulher quanto o bebê, num olhar mais atento nos processos culturais, emocionais, psíquicos e espirituais envolvidos no parto, que revelam novos e norteadores horizontes, tal qual a importância, para mãe e filho, de vivenciar integralmente a experiência do parto natural.

**Cibeles Moura**  
Deputada Estadual